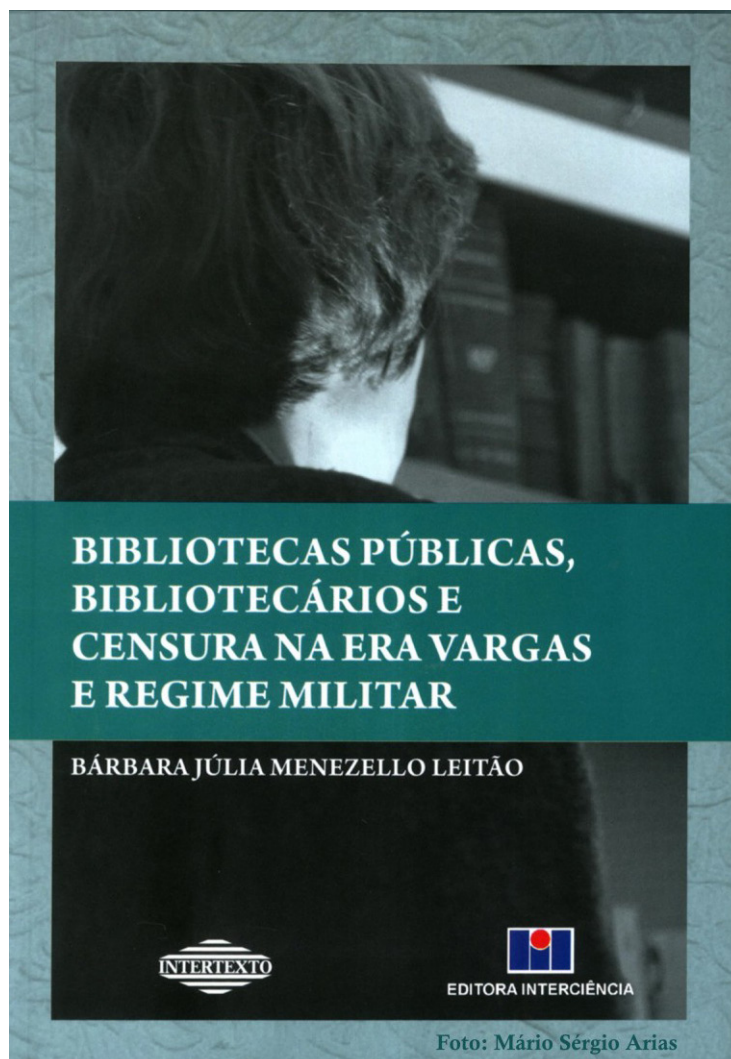


Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar

Maria Aparecida Laet¹

Resenha do livro *Bibliotecas Públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar*. LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. São Paulo: Interciência, 2011.



Na bela nação de Pandúria, o governo decidiu restringir e regulamentar o que a população podia ou não ler. Para isso, destacou um grupo militar de todas as patentes para avaliar os livros da Biblioteca Nacional e elaborar uma relação das obras permitidas. Tendo inicialmente interditado o acesso àquele espaço, o general determinou que cada tenente e, posteriormente, os soldados deveriam ler os livros e produzir relatórios de avaliação a serem encaminhados ao governo.

Crispino, bibliotecário responsável por essa biblioteca, serviu-lhes de guia nesse território desconhecido apresentando-lhes autores diversos e livros que apresentavam linhas diferentes de pensamento, com visões distintas e controversas. A partir daí, tem início uma troca de saberes que se sobrepõe à produção de relatórios, cada vez mais esparsa e suspeita. Por fim, tendo o governo percebido o que acontecia, o general e seus soldados foram julgados por insubordinação e incompetência no cumprimento de sua missão. Mas como essa era uma situação não prevista, também não havia punições previstas e os réus apenas foram afastados. Sem saber o que fazer, os militares retornam à biblioteca, onde Crispino os aguardava.

Essa alegoria sobre a complexidade e a arbitrariedade da censura, bem como sobre o poder dos livros para abrir as mentes, encontra-se presente no conto *Um general na biblioteca*, de Ítalo Calvino, de 1943. A ela recorre Bárbara Júlia Menezello Leitão, autora do livro *Bibliotecas Públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar*, ao iniciar esta obra, originária de sua tese de doutorado, em que propõe o estudo da censura nas bibliotecas públicas e a análise do impacto da ação oficial nas práticas dos bibliotecários. A ela a autora recorre todas as vezes em que quer lembrar o poder transformador da biblioteca e o papel social dos bibliotecários.

Bárbara Leitão foi diretora da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da USP, ocasião em que tomou contato com o Arquivo Miroel Silveira, constituído pelos prontuários da Seção de Censura Teatral da antiga Divisão

de Diversões Públicas paulista, desde os anos de 1920 até 1970. Inspirada por esse contato, a autora propôs-se a investigar se houve censura prévia aos livros, da mesma forma que ela existiu para o teatro; se nas bibliotecas públicas houve censura em que títulos específicos eram tirados de circulação – como chegou a acontecer em outros países; e se os livros com textos de peças teatrais incluídos nos pedidos de liberação de peças para apresentação podiam ter seus textos modificados. Outros questionamentos foram adicionados a esses: as bibliotecas públicas teriam sofrido intervenção direta do Estado na constituição e manutenção dos seus acervos? Como a biblioteca pública foi vista pelo Estado brasileiro durante os períodos de exceção? A censura teria alcançado nossas bibliotecas da mesma forma como aponta Calvino em seu conto?

Buscando responder essas questões, a autora acaba por percorrer um caminho em que, além falar de bibliotecas públicas e da prática bibliotecária, trata do cerceamento à liberdade de expressão em geral, dos livros e da censura sobre eles, do hábito de leitura e da limitação do acesso do público à informação.

Dessa maneira, passamos pelo Índice de Livros Proibidos e pela Inquisição, pelo crescimento do hábito da leitura desde a Revolução Industrial e pelas práticas censórias dos regimes fascistas da Espanha, Itália e Portugal – exercidas tanto na constituição de bibliotecas quanto nos acervo já constituídos –, mas os Estados Unidos não foram esquecidos. Controle exercido pela Igreja e controle exercido pelo Estado. A autora nos lembra que a censura é também um embate pelo poder em situações de crise. O objetivo das ações censórias é impor uma visão de mundo.

No que tange ao Brasil, retornamos até o período colonial visto que a censura tem origem portuguesa: os mesmos processos de controle sobre a circulação de livros e jornais da metrópole foram aplicados à colônia. Junto com a abordagem histórica da prática da censura também temos uma história da formação de bibliotecas no Brasil e uma introdução aos caminhos da

Biblioteconomia no país, desde os primeiros cursos superiores na área até a regulamentação da profissão.

Alguns dos vários temas abordados merecem destaque. A pesquisa que deu origem a este livro não se limitou aos acervos de bibliotecas, arquivos de documentos originais foram utilizados. Dessa forma, foi possível recuperar histórias que, se não indicam a prática censória dentro das bibliotecas propriamente ditas, nos mostram que houve a intenção de influenciar a sua constituição e o boicote a projetos inovadores, voltados para a ampliação de um hábito então ainda novo entre a população.

Dentro de um panorama da edição de livros e da biblioteca pública na primeira metade do século XX, temos um pequeno histórico do Departamento de Cultura da Cidade (1935) de São Paulo, em cuja direção administrativa esteve Mário de Andrade, e de sua Divisão de Bibliotecas, que propôs a estruturação do projeto para um sistema municipal multi-serviços, composto por: bibliotecas públicas, infantis, populares e outras que se criassem. Apesar de pioneiro, o projeto foi cancelado por determinação do próprio Vargas. O próprio Departamento de Cultura foi desmantelado, embora tenha conseguido sobreviver.

Graças à documentação original, pôde-se também retomar o papel do Instituto Nacional do Livro (INL), através do qual vários governos exerceram sua política para livros e bibliotecas, bem como a censura sobre publicações e a formação de acervos.

Criado em 1937, o INL tinha por tarefas a edição da enciclopédia brasileira, a produção de uma bibliografia nacional atualizada e o desenvolvimento de bibliotecas públicas. Na execução dessa última tarefa, o INL teve forte influência sobre o processo de produção de livros no país: editou, co-editou e comprou livros que eram enviados aos rincões mais distantes do país. Essas eram obras que, entretanto, estavam alinhadas aos interesses governamentais, não propiciando o desenvolvimento de pensamento crítico em relação aos regimes sob os quais o

órgão atuou. O material enviado não era escolhido aleatoriamente: ao longo do Estado Novo, a seleção dos títulos era realizada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – e, sob o regime militar, por uma comissão interna do INL.

Os famosos órgãos de controle cultural e social do Estado Novo – o já citado DIP e o DOPS também estão presentes nesse quadro que nos é oferecido. A partir de sua criação, o DIP assumiu o controle sobre o que poderia ser publicado ou importado. Promovia-se, ainda, o expurgo de livros de bibliotecas escolares. O Departamento contava, ainda com o Serviço de Interdição de Livros – para impedir a edição ou retirar obras de circulação – e a Divisão de Divulgação – para apoiar a divulgação e impressão de obras. No quesito censura a livros, o DOPS teve menor atuação, mas há o registro de confisco de bibliotecas de caráter público.

O outro período da história brasileira mais amplamente focado neste livro é o do regime militar. Bibliotecas, enquanto aparelhos culturais, não estiveram entre suas preocupações, mas, a partir de 1970, são instauradas normas para a censura de livros. O foco era mais a publicação de livros, portanto, a pressão recaía sobre escritores e editores.

A publicação de qualquer conteúdo que pudesse transgredir o limite da tolerância oficial tornou-se arriscada financeira e pessoalmente: a apreensão de obras após a impressão traria prejuízo comercial e tanto editores quanto escritores poderiam ser presos, sendo mesmo forçados ao exílio. Por outro lado, havia um outro tipo de censura que não essa definida abertamente por regulamentações do Estado: jornais foram depredados e editoras e gráficas foram invadidas e destruídas. Não há relatos de bibliotecas públicas incendiadas ou invadidas pelos militares, ao contrário do que ocorreu com as bibliotecas universitárias.

Apesar das diferenças entre as práticas de censura a livros entre o Estado Novo e Regime Militar, observa-se nos dois casos os conteúdos

visados são aqueles que de alguma forma agredem a moral e os bons costumes, e as abordagens políticas.

Um dos últimos capítulos do livro é dedicado à prática bibliotecária. Observa-se que o bibliotecário, no exercício social do seu trabalho, tanto pode adotar uma postura de alinhamento com o regime (qualquer tipo de regime) ou de salvaguarda dos acervos com os quais trabalha, protegendo obras da destruição ou mesmo recusando-se a dar informações sobre seus usuários e o material que consultavam.

Com base na bibliografia utilizada, a autora encontra paralelos entre a prática da censura e a seleção do material bibliográfico. A seleção é o processo técnico através do qual o bibliotecário define quais são os livros mais adequados à formação do acervo indicando-o para compra ou selecionando-o em meio a um lote de doações, numa ação que também pode ser definida por “filtragem”. Trata-se de uma operação intelectual na qual estão envolvidas, dentre outros fatores, conhecimento de conteúdos, da comunidade de usuários, do acervo, restrições orçamentárias e as diretrizes das políticas de trabalho. Apesar disso, esse é um processo de forte subjetividade e em que vêm à tona a formação e as crenças de quem exerce a seleção.

Se a autora havia tratado até então da ação governamental sobre a edição de livros e as bibliotecas, mantendo-se no nível institucional, agora ela desce ao plano individual.

Diríamos que esse paralelo proposto não é de todo absurdo, mas lembramos que a censura, da maneira que como foi abordada, e a seleção partem de fontes distintas. A censura é coerção social, organizada e deliberada. A prática da seleção é uma necessidade colocada pela impossibilidade das bibliotecas abrigarem todo e qualquer material bibliográfico: não há espaço, não há recursos financeiros, não haveria pessoal suficiente para processar todo o material que chegasse. A colocação de filtros na formação do acervo é uma prática exigida pelo próprio contexto do trabalho e é importante que o profissional lembre que

ele é uma peça dentro do todo da engrenagem, não lhe cabendo impor sua visão de mundo aos usuários. O impasse, conforme afirma a própria autora, pode ser vencido com uma postura ética em que o bibliotecário coloca de lado crenças pessoais, propondo-se a aproximar o acervo das expectativas dos leitores.

Mas pequenas ações podem aproximar a prática profissional daquela da censura: quando (e se) assinalam o material que deve ser segregado, quando restringem acessos, quando suprimem partes dos recursos da biblioteca. Contudo, lembremos: isso não é necessariamente censura institucional.

A conclusão geral do trabalho é que tanto o desinteresse em elaborar uma política que determinasse a estruturação adequada de bibliotecas públicas, quanto o excesso de normas, leis, decretos e projetos atuando e cerceando conteúdos adequados ou não para serem publicados, causaram danos difíceis de serem superados, pois comprometeram a formação de uma cultura de efetiva utilização de bibliotecas pela sociedade, inibiram a formação quantitativa e qualitativa de bibliotecários e propiciaram a utilização do espaço público para manifestações e ingerências políticas.

Dadas as histórias contadas (e comprovadas) sobre a censura num período recente da história do Brasil – o regime militar –, em que havia interferência dos órgãos censores em todo tipo de manifestações culturais, – veto às apresentações, invasões de teatro e agressões a artistas – a expectativa de quem lê o título do livro que estamos abordando é que nos sejam apresentadas listas de itens que tiveram que ser retiradas de acervos, que nos sejam apresentados casos de visitas de fiscais para vistoriar os acervos de bibliotecas públicas e de profissionais que foram processados. Mas vimos que não é isso o que acontece. Em nenhum momento no texto vislumbra-se a existência de uma rede de bibliotecas públicas suficientemente forte para atrair grandes contingentes de pessoas e gerar larga massa de pensamento crítico entre a população.

Voltando às questões colocadas logo no início do trajeto a ser percorrido pela autora, verificou-se que não houve censura prévia aos livros, da mesma

forma que ela existiu para o teatro; os registros de retirada de livros das estantes de bibliotecas públicas são quase inexistentes e os livros com textos de peças teatrais não tiveram seu conteúdo modificado (apenas a apresentação teatral sofria censura). Mas houve intervenção do Estado na formação dos acervos de bibliotecas públicas. Elas foram oficialmente monitoradas, já que integravam os instrumentos de controle cultural. Eram formadas e mantidas por recursos públicos e interesse do Estado, seu grande agente de implantação e manutenção. O Estado brasileiro pouco olhou para as bibliotecas atuando mais sobre a publicação de livros e, como vimos, não há paralelo entre a censura que se tentou impor no conto de Calvino e a ação da censura no Brasil.

1 Bibliotecária trabalhando no Instituto de Geociências da USP. Especialista em Gestão da Comunicação e Mestre em Ciências da Comunicação. Em seu mestrado, desenvolveu pesquisa sobre censura ao teatro.